



A FORMAÇÃO MORAL E CÍVICA DAS CRIANÇAS BRASILEIRAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA PELA PRÁTICA DA LEITURA DE LIVROS INFANTIS: UMA ANÁLISE DE *CONTOS PÁTRIOS* (1904)

Maria Cristina Gomes Machado¹
Laís Pacifico Martineli²

Resumo

O artigo enfatiza o papel dos livros infantis publicados na Primeira República (1889-1930), no Brasil, para a formação moral e cívica das crianças. Para tanto, discorremos sobre o contexto histórico, em que os livros foram publicados, com ênfase na análise do livro *Contos Pátrios* (1904), de Olavo Bilac (1865-1918) e Coelho Neto (1864-1934), para a compreensão da proposta de educação das crianças brasileiras. Nos anos finais do século XIX, a República se instaurou e a industrialização se fortalecia. Nesse contexto, a educação se destacou, tornando-se responsável por preparar o cidadão eleitor, o trabalhador nacional e legitimar o novo regime, cultivando o sentimento de nacionalidade. Por isso, ela começou a ser alvo de discussões e projetos para que se adequasse as necessidades do período. Os livros infantis foram publicados para atender a demanda por material de leitura para as crianças no país e estavam em consonância com o projeto republicano de educação. *Contos Pátrios* é um exemplo desse material de leitura escolar: buscava desenvolver na criança sentimentos patrióticos e nacionalistas, como amor à pátria, amor ao próximo e à família, mostrava suas responsabilidades, como ser o provedor da família (garotos), e de protetora e daquela que cuida e zela pela família (meninas).

Palavras-chave: Educação. História da educação. Livros infantis. Contos pátrios.

THE MORAL AND CIVIC EDUCATION OF CHILDREN DURING THE FIRST BRAZILIAN REPUBLIC THROUGH THE READING OF BOOKS FOR CHILDREN: AN ANALYSIS OF *CONTOS PÁTRIOS* (1904)

Abstract

The article emphasizes the role of children's books published during the First Republic (1889-1930) in Brazil regarding the moral and civic education of children. Therefore, we discuss the historical context in which the books were published, with emphasis on the analysis of the book "Contos Pátrios" by Olavo Bilac (1865-1918) and Coelho Neto (1864-1934) for the understanding of the education proposal for the Brazilian children. In the late nineteenth century, the republic was restored and the industrialization strengthened. In this context, education stood out and became responsible for preparing the voter citizens, the national workers, and responsible for legitimizing the new regime, cultivating the feeling of nationality. It began to be the subject of discussions and projects; they claimed that



education should be adequate to the needs of the period. Children's books were published to meet the demand for reading materials for children in the country and they were in line with the Republican education project. *Contos Pátrios* is an example of this material for school reading: sought to develop in children the patriotic and nationalistic feeling, such as love of country, and love of neighbor and family. The book showed the responsibilities as be the provider of the family (boys), and be protective and caring for the family (girls).

Keywords: Education. History of education. Children's books. *Contos pátrios*.

INTRODUÇÃO

A proposta desse artigo é enfatizar o papel dos livros infantis publicados nas primeiras décadas da Primeira República (1889-1930), no Brasil, para a formação moral e cívica das crianças. Para tanto, nos propomos a discorrer sobre o contexto histórico, mormente, o educacional, em que ocorreram as publicações das primeiras propostas de livros para crianças no país. Por fim, analisamos um dos livros publicados nesse período tomado como referência exemplar, cujo título é *Contos Pátrios*, do ano de 1904, escrito por dois autores brasileiros de livros para crianças e para adultos, Olavo Bilac (1865-1918) e Coelho Neto (1864-1934), para a compreensão do projeto de educação nacionalista à criança brasileira com o auxílio dos livros infantis.

A consolidação do gênero “literatura infantil” no Brasil, com todos os aspectos e critérios que o caracterizem como destinados às crianças, ou a abertura do “[...] caminho para que as inovações que começavam a se processar no âmbito da literatura adulta [...] atingissem também a infantil” (COELHO, 2000, p. 138) aconteceu no país a partir da década de 1920, com a publicação da obra infantil do autor Monteiro Lobato (1882-1948). Gabriela Pellegrino Soares explica que, em se tratando da produção literária para o público infantil no Brasil em sua fase inicial, à “[...] primeira vista, a figura de Monteiro Lobato projeta-se quase sozinha, seja na memória de leitores, crianças da época, seja na ampla bibliografia dedicada ao escritor”. (SOARES, 2007, p. 150). Apesar da importância de Monteiro Lobato na construção da literatura infantil do país, a autora alerta que a paisagem não era tão desolada no que diz respeito as publicações de livros infantis anteriores a Monteiro Lobato.

Assim como Gabriela Pellegrino Soares, outros autores, como Regina Zilberman e Marisa Lajolo (1993), que se dedicam a elucidar a história da literatura infantil brasileira, explicam que esse gênero teve sua gênese no Brasil no último decênio do século XIX. Ao vasculharmos o trabalho de estudiosos que objetivavam realizar um catálogo da produção textos para a infância desde seus primórdios, como Nelly Novaes Coelho (2000), Leonardo Arroyo (2011), Regina Zilberman e Marisa Lajolo (1993), nos deparamos com considerável número de autores e de obras para o leitor infantil após a Proclamação da República brasileira (1889).



Patrícia Hansen (2004) é outro exemplo de autora que dedica sua tese de doutorado para analisar especificamente os livros infantis da Primeira República, sobre tudo o ideal de infância neles apresentados. Ela explica que nos anos de 1889 a 1921 foi o início de uma produção literária original e nacional voltada às crianças brasileiras e esses livros assumiram um caráter cívico-pedagógico para educar as futuras gerações. Observa-se um predomínio desse tipo de texto até a publicação do livro *Narizinho Arrebitado* em 1921, do autor Monteiro Lobato.

Leonardo Arroyo (2011), um dos autores pioneiros nos estudos da história da literatura infantil brasileira, defende que boa parte desses livros se destinavam às crianças que ocupavam as cadeiras escolares, isto é, eram livros para leitura escolar. É importante alertar para o fato de que é possível encontrar nesse contexto livros que não foram escritos para o uso escolar, mas que cumpriam uma função pedagógica, como *Através do Brasil*, escrito em 1910 pelos autores Olavo Bilac e Manoel Bomfim, e *História de nossa terra*, publicado em 1907 por Júlia Lopes de Almeida. (HANSEN, 2004).

Os livros foram elaborados para atender as demandas da educação e, por isso, podem ser relacionadas aos projetos de formação da criança daquele momento. Isso é um demonstrativo de que a literatura infantil brasileira desde seus primórdios tem ligação com a escola. Por isso, não é possível afastar a literatura infantil da escola, visto que a escola, como espaço de leitura, era umas das principais mediadoras desse tipo de literatura. Especialmente nessa primeira fase da produção literária infantil brasileira, a relação entre literatura e escola era indissociável. Essa fase inicial, em que muitos dos livros eram destinados às escolas ou estampavam certa função pedagógica, foi um momento decisivo no processo de desenvolvimento da literatura infantil no país, pois foi o resultado de uma das primeiras manifestações sistematizada com o que era lido pelas crianças brasileiras.

A compreensão da literatura infantil e sua relação com os projetos educacionais exige um aprofundamento no contexto histórico do período visto que, o final século XIX, data inaugural de publicação dos livros para crianças no país, foi um contexto de mudanças, com inúmeros acontecimentos marcantes e decisivos na história do Brasil. Dentre essas mudanças, temos um movimento de elaboração e publicação de livros infantis, não visto nos séculos anteriores, que é o resultado de mudanças de cunho econômico, político e social que determinaram o deslocamento da criança para o centro, sendo alvo das políticas governamentais e tornando sua instrução uma necessidade. Destarte, o estudo da literatura infantil está “[...] sempre por revelar sua articulação com a sociedade que os produz e consome”. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1993, p. 11).

Sinteticamente, o país era um país essencialmente agrário (FAUSTO, 1999), mas a industrialização se fortalecia e esboçava uma mudança na economia do país. A industrialização do Brasil acompanhava o movimento mundial de expansão do capitalismo. Concomitante a isso, após um longo processo, o Brasil deixou de ser um Império quando, no ano de 1889, a República fora proclamada. Em virtude desses dois fatores, a educação ganhou destaque especial, pois, assumiu o papel de educar e instruir suas crianças (SOUZA, 2004), isto é, ensinar os conhecimentos científicos necessários ao trabalhador, bem como preparar os cidadãos brasileiros a viverem em um país republicano, por meio do



ensino de valores morais, cívicos e religiosos. O projeto previa a modernização do país por meio da educação. No primeiro tópico do artigo explicamos o processo histórico que desencadeou as transformações ocorridas no Brasil no contexto da Proclamação da República.

Em seguida, abordamos como os livros infantis da Primeira República serviram como instrumento para formação moral e cívica dos futuros cidadãos brasileiros. Os textos para infância do período eram de gêneros variados, como contos, poesias e narrativas, e neles prevaleciam o forte teor patriótico e ufanista, isto é, eram livros “[...] possuidores de uma função cívico-pedagógica”. (HANSEN, 2004, p. 14). Esses textos merecem uma análise minuciosa de seus conteúdos, temas, valores e condutas cívicas, ideias transmitidas aos seus leitores, bem como a figura da infância retratada nesses textos, a fim de uma melhor compreensão de quais os mecanismos de formação empreendidos nesses projetos republicanos de educação e qual o novo status atribuído a infância nesse contexto. Daremos destaque a nova representação de infância desse material de leitura, na medida em que essa alteração do conceito de infância tem relação direta com a educação e com a produção de livros infantis.

Diante dos inúmeros livros infantis elaborados nesse período, selecionamos o livro *Contos Pátrios* para ilustrar as características de alguns livros cívicos para leitura infantil da Primeira República. Os contos foram analisados e agrupados de acordo com seus aspectos comuns relacionados às normas cívicas ou morais neles apreçados.

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA REPUBLICANA E OS LIVROS INFANTIS PARA LEITURA ESCOLAR

Na última década do século XIX, autores brasileiros passaram a se dedicar a um tipo de literatura, que, apesar de ser consolidada³ em outros países da Europa e nos Estados Unidos, no Brasil dava seus primeiros passos: a literatura para crianças. O contexto histórico brasileiro, sobretudo o contexto educacional, tornou-se propício para o desenvolvimento de livros destinados à criança brasileira. Na realidade, era uma urgência daquele momento produzir livros infantis que atendessem a demanda por material de leitura.

Nesse contexto, iniciava-se no Brasil um processo de mudança no modo de produção. A economia que era predominantemente agrícola, no qual cerca de 70% da população vivia no meio rural. (FAUSTO, 1999). No entanto, a agricultura passou a fornecer capital que era investido na indústria em ascensão. Em decorrência do avanço da industrialização no país, mesmo que lentamente, diversas esferas sofreram significativas alterações. As massas urbanas começavam a se gestar, trazidas pelas novas oportunidades de emprego e melhores condições de vida; o regime de escravidão foi abolido em 1888 e uma política imigratória foi arquitetada para substituir a mão de obra escrava na agricultura pelo trabalho do imigrante. Além disso, a mão de obra desse imigrante, que, segundo Lemme (2005), era portador de uma educação aprimorada, elementar, profissional, e



mesmo de nível secundário, seria utilizada na indústria. Assim, surgiu no país o trabalho assalariado e uma nova social, a classe média urbana. Outra mudança foi a substituição do regime político imperial para o republicano, em 1889, modificando a estrutura legislativa do país, como já anunciado.

Para a industrialização, a nova crença que se difundia era que a educação prepararia o homem para a nova forma de produção industrial. A industrialização exigia:

[...] a utilização de novos maquinários, o desenvolvimento das estradas de ferro, do telégrafo, do correio, enfim, o incremento dos transportes e meios de comunicação. Contudo, para promover transformações mais amplas que preparassem o trabalhador nacional para as novas relações de trabalho, apresentava-se a educação do indivíduo. Esta transmitiria a cultura necessária à expansão do capitalismo e à integração do Brasil ao mercado globalizado que vinha se evidenciando desde o final do século XIX, em uma fase da sociedade burguesa donominada por LÊNIN (1987) de Imperialismo. (MACHADO, 2009, p. 106).

Assim, acreditava-se que o desenvolvimento econômico do país dependia da instrução e do preparo do trabalhador atuante nas indústrias. Além de atuar na indústria, o cidadão deveria ser preparado para cumprir com seu dever cívico, na medida em que a instituição da República exigia da população o voto, mas somente os cidadãos alfabetizados podiam votar. A alfabetização proporcionava ao povo a aquisição de direitos políticos, contudo o número de analfabetos era elevado, aumentando a necessidade de ampliar a alfabetização para atender a essa nova exigência política.

Outra questão é que a educação seria aquela que auxiliaria na consolidação do novo regime político. Como nos explica Rossi (2009, p. 99), difundir a “[...] educação a toda a população era mudar suas práticas e sua mentalidade, construir valores civis e republicanos [...]. Tratava-se, acima de tudo, de homogeneizar as referências sociais do país”. Por ser um país que havia recebido um grande contingente de imigrantes, havia, sobretudo, a necessidade, de homogeneizar costumes e hábitos, padronizar comportamentos e valores sociais para construir uma unidade para a nação, uma identidade nacional e forjar valores morais e cívicos. A escola seria, então, o espaço de criação de uma tradição coletiva e de padronização da nação. Os republicanos acreditavam no poder da escola em moralizar, civilizar a sociedade, para tanto era necessário organizá-la.

Uma das primeiras medidas tomadas no sentido de criar um sistema educacional condizente com o novo regime político aconteceu no ano de 1893 quando foi implantada uma escola primária com estrutura diferente, denominada *grupo escolar* que convivia com as escolas isoladas. O primeiro “grupo escolar”⁴ do país apresenta-se como uma “[...] forma escolar destinada à grande obra de difusão da escolarização em massa [que] consolidou a estrutura da escola graduada na educação brasileira [...]”. (SOUZA, 2006, p. 59).

Nota-se que:

[...] a experiência republicana inaugurada em 1889 colocou em cena o debate sobre a importância da educação escolar e sua extensão às classes populares;



para tanto, exigia-se o estabelecimento de uma educação que envolvesse uma fração maior da população brasileira em idade escolar do que a atendida no período imperial. (CARVALHO; MACHADO, 2015, p. 178).

Por atender um grande número de crianças, requisito fundamental naquele momento, a nova configuração escolar implantada pela criação dos grupos escolares foi considerada adequada à escolarização das massas, à universalização da educação popular, bem como da leitura e escrita. Foi nesse contexto que inseriram nos grupos escolares a igualdade do direito à educação para ambos os sexos, pois era uma necessidade da época educar e instruir todos os brasileiros, homens e mulheres, para criar um sentimento coletivo de pátria e unificar a nação. Para evitar a ruína da República, era necessário que todos as pessoas que vivessem no Brasil se sentissem cidadãos brasileiros unidos pelos laços da federação.

A escola seria o espaço que ofereceria às crianças os conhecimentos científicos, a leitura, a escrita e as noções matemáticas, concomitante ao preparo para a vida social republicana, adquirindo as virtudes morais de um cidadão, como a honestidade, o amor ao próximo e a família, e os valores patrióticos, de amor à pátria e às coisas da terra. Observamos que os reformadores da educação buscavam a formação dual e do indivíduo na escola: a educação intelectual e a educação moral e patriótica.

Para atender a essa proposta de educação dual das crianças, todos os elementos e espaços da escola passaram a ser refletidos e organizados para contribuir com a formação do caráter mediante a aprendizagem da disciplina social, seja em sua organização física ou pedagógica. A mobília escolar é um exemplo de recurso amplamente discutido naquele contexto, pois a construção de cadeiras deveria favorecer a aprendizagem e a disciplina.

Outro exemplo de central importância são os materiais de leitura escolar. Souza nos mostra que os programas de ensino foram elaborados para atender as finalidades atribuídas à escola primária, como leitura, linguagem escrita, caligrafia, aritmética, geografia, ciências físicas e naturais e noções de higiene, instrução cívica e moral, ginástica e exercícios militares, música, desenho, geometria e trabalhos manuais. As disciplinas de instrução moral e cívica ganharam espaço singular na organização pedagógica da escola primárias, ocasionando a necessidade de organizar novos materiais de leitura infantil escolar, que estivessem de acordo com esses conteúdos. (SOUZA, 2004).

Uma nova situação nos é, portanto, apresentada no final do século XIX e o livro tornou-se um instrumento indispensável naquele contexto:

A extinção do trabalho escravo, o crescimento e a diversificação da população urbana, a incorporação progressiva de levas de imigrantes à paisagem da cidade, a complexidade crescente da estrutura administrativa são sinais de uma nova situação. E são eles que começaram a configurar a existência de um virtual público consumidor de livros infantis e escolares, dois gêneros que também saem fortalecidos das várias campanhas de alfabetização deflagradas e lideradas, nesta época, pelos intelectuais, políticos e educadores. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1993, p. 15).



As campanhas em prol da educação nesse contexto são resultado da nova situação e das inúmeras necessidades deflagradas pela República. Junto às campanhas, que refletem a posição de centralidade dada à educação, surgiram os livros para leitura das crianças como suporte para o projeto republicano de educação. A literatura infantil e educação no Brasil sempre andaram juntas, pois os livros produzidos atendiam, em sua maioria, a uma necessidade da educação.

Os livros produzidos no contexto da Proclamação da República caracterizavam-se como a primeira manifestação consciente da produção de literatura específica para crianças, isto é, foi a “[...] primeira tentativa de realização de uma literatura para crianças”. (COELHO, 2000, p. 341). Em outras palavras, “[...] a Literatura Infantil, no Brasil, só começou a esboçar-se nos fins do século passado, quando a preocupação educacional tornou-se realidade”. (CARVALHO, 1982, p. 127). Quando a escola foi pensada como aquela que seria responsável pelo desenvolvimento do país, os livros de leitura escolar adquiriram novo espaço nesse processo e a literatura infantil começou a se desenvolver para atender às exigências dessa nova escola.

Nesse processo, “[...] se assiste um esforço mais sistemático de produção de obras infantis que, por sua vez, começam a dispor de canais e estratégias mais regulares de circulação juntos ao público”. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1993, p. 15). No decorrer do século XIX encontram-se poucos registros de publicações de livros para o público infantil, predominando, no qual geral, os livros estrangeiros. No processo que deflagrou a Proclamação da República, porém, esse quadro se modifica e observa-se uma reação nacional em relação aos livros estrangeiros (especialmente os de Portugal), por não apresentarem a realidade brasileira e, devido a isso, não serem adequados à formação das crianças do Brasil. (ARROYO, 2011).

A viabilização na produção de livros infantis brasileiros culminou no aumento significativo de livros e autores desse gênero. Ela não aconteceu fortuitamente, pois se concretizou no contexto da tentativa de se concretizar uma modernização sócio-cultural via escola, isto é, no contexto do movimento das reformas da educação que buscava criar uma escola republicana racionalmente organizada, de acordo com o projeto republicano de nacionalização e modernização do Brasil. A elaboração de livros que atendessem ao novo projeto de escola pública foi, portanto, uma necessidade. Lajolo e Zilberman (1999, p. 32) explicam que ocorreu uma “[...] aproximação brasileira de um projeto educativo e ideológico que via no texto infantil e na escola (e, especialmente, em ambos superpostos) aliados imprescindíveis para a formação do cidadão”.

Os livros escolares possuíam diversas características padronizadas, recorrentes na maior parte deles. Dentre todas as características, que delinearíamos no tópico seguinte, o forte apelo nacionalista se destacava. Zilberman e Lajolo (1993) nos ajudam a compreender esse processo, ao mostrar que, inicialmente, apesar de um movimento de negação do predomínio dos livros estrangeiros no país, os autores repetiam a fórmula dos livros nacionalistas europeus do período, isto é, imprimiam toques abrigados nas histórias estrangeiras ou se inspiravam no modelo de livros estrangeiros, criando histórias parecidas com as estrangeiras, mas com a paisagem e personagens tipicamente brasileiros.



Era uma tentativa de tornar o livro apropriado à realidade brasileira, ou, nas palavras das autoras, de “nacionalização do acervo europeu”. O livro *Através do Brasil*, é um exemplo de livro em que os autores se inspiraram no livro francês, *Le tour de France par deux garçons*, de G. Bruno publicado em 1877.

Essas adaptações, segundo Zilberman e Lajolo, eram recorrentes em boa parte dos textos desse primeiro momento da literatura infantil e indicam um “[...] movimento de nacionalização na qual se insere a literatura brasileira para as crianças em seus primeiros momentos [...]”. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1993, p. 18). A leitura, nesse sentido, tornou-se um instrumento de difusão do civismo e do patriotismo, pois assume a tarefa de difundir a grandeza do país e a modernização que a classe dominante precisava difundir às camadas urbanas em ascensão.

A representação da criança nesses novos livros infantis merece atenção, visto que se observa, no século XIX, uma alteração no modo de concebê-la, e, em consequência, de educá-la. As inúmeras consequências deflagradas pelo processo de industrialização e expansão do capitalismo mundial refletiram diretamente na forma como a criança era vista. Lajolo e Zilberman (1993) explicam que devido ao processo de industrialização no século XVIII, as cidades de povoaram rapidamente e de modo desigual, surgindo nas cidades dois polos: a burguesia e o proletário.

A burguesia se consolidou como classe social nesse período e reivindica um poder político que não aconteceu de forma violenta, em princípio. Por isso, aciona instituições que a auxiliassem a se consolidar como classe social dominante. Para consolidar a burguesia como classe social no poder, a família foi a primeira instituição a atuar a seu favor e com ela a criança.

O modelo familiar imposto pela burguesia coloca o trabalho como finalidade do indivíduo. Por isso, essa configuração de família (nuclear/patriarcal) passou a ser o modelo mais adequado à manutenção da burguesia no poder. Nela, a criança tem papel de destaque, pois, se em outros momentos sua presença quase não era notada, a partir do século XVIII, passou a ser considerada um membro importante da família. Assim, segundo as autoras, algumas peculiaridades da criança foram notadas, dentre elas a fragilidade, a desproteção e a dependência. Por isso, a preservação e valorização da infância tornaram-se nova meta. A criança assume um novo papel, que, segundo as autoras, motiva o surgimento do brinquedo, de objetos culturais como o livro e de ramos da ciência, especialmente, a ela destinada, como a psicologia infantil, a pedagogia e a pediatria.

Observa-se, portanto, que o desenvolvimento de uma literatura propriamente infantil e a mudança de concepção de infância ornamentada pela burguesia tem estreita relação. A criança recebeu um novo olhar do adulto e sua preservação, cuidado, educação e desenvolvimento tornaram-se um anseio da sociedade. Essa nova concepção de infância e o papel que ela assumiu na sociedade e na família ganhou expressão, no Brasil, no final do século XIX, tornando-se justificativa para educá-la, segundo um projeto nacional maior, com a necessidade de livros destinados a consolidar esse projeto. Assim, a própria



elaboração de uma literatura condescendente com as peculiaridades infantis apregoadas naquele contexto, já manifesta uma alteração no status de infância.

Frequentemente, os autores desse período criavam histórias infantis cujos personagens eram crianças ou faziam alusão à elas, almejando educar o leitor, fazendo-o seguir o exemplo dessas personagens ou incutindo algum ensinamento a partir das histórias. Se tomarmos essas personagens infantis das histórias como objeto de análise, conseguiremos compreender melhor a maneira pelo qual os autores compreendiam a infância e maneira como ela deveria ser educada. Apesar do destaque atribuído a criança na família e na sociedade, sua imagem nos primeiros livros para infância organizados no Brasil nos leva a crer que a criança deveria ser educada para ser um pequeno adulto.

O autor de livros infantil brasileiro, Monteiro Lobato, antes de criar suas famosas histórias, analisou criticamente os livros infantis de sua época e inúmeros foram os pontos destacados pelo autor de como esses livros estavam aquém de suas perspectivas de um bom livro para crianças. Além de mencionar a quase inexistência de livros para crianças no país em sua época, para ele os livros apresentavam uma linguagem muito rebuscada, a qualidade gráfica e material era precária, mormente pela falta de boas ilustrações, e as histórias não alimentavam a imaginação de seus leitores.

A questão da imaginação é central na crítica de Lobato às histórias infantis de seu tempo, e ela tem estreita relação com a forma que como o autor concebia a infância. Segundo esse escritor,

A criança é um ser onde a imaginação predomina em absoluto. O meio de interessá-la é falar-lhe à imaginação. Vive num mundinho irreal e dele só sai, para, aos poucos, ir penetrando no das duras e cruas realidades, quando com o natural desenvolvimento do cérebro, a intensidade da imaginativa vai-se apagando. (LOBATO, 1964c, p. 250).

Lobato acreditava que a mente infantil era distinta da mente do adulto, pois a criança tem a capacidade de imaginar e fantasiar situações. Essa é uma singularidade da infância que, para ele, deveria ser atendida no momento da elaboração de histórias cujo foco é a criança. A maneira de estabelecer um diálogo com a criança deveria acontecer por meio de histórias férteis em imaginação e fantasia. Tendo isso em vista, Lobato detectou que os livros infantis produzidos na época em que ele era criança não atendiam a essa exigência.

Por esse motivo, ele denominou a criança retratada nesses textos como um “adulto em pequeno ponto”. Em carta a Godofredo Rangel, amigo que trocou correspondências por 40 anos, Lobato explicou: “Ah Rangel, que mundos diferentes, o do adulto e o da criança! Por não compreender isso e considerar a criança ‘um adulto em ponto pequeno’, é que tantos escritores fracassam na literatura infantil e Andersen⁵fica eterno”. (LOBATO, 1964b, p. 347). Por considerarem as crianças como um adulto pequeno, os primeiros autores de livros infantis brasileiros faziam histórias como se estivessem escrevendo à um adulto, visto que não levavam em consideração que a maneira de elaborar histórias que interessassem às crianças, isto é, que lhe falassem a imaginação. A característica



moralizante, instrutiva e cívica desses textos tornava os livros sem graça, e reforça a hipótese de que o autor acreditava que, por não primarem pela imaginação e dialogarem com a criança como se fossem adultos que necessitavam serem educados para atuarem de forma adequada no futuro, fracassaram⁶. (MARTINELLI, 2014).

A tese de doutorado de Patrícia Hansen (2004) esclarece qual era o ideal de infância brasileira nos textos com feições cívico-pedagógicas da Primeira República. Para ela, nos livros cívicos-pedagógicos, a infância era fundamentalmente o futuro homem e cidadão, e são tidos como homens pequenos ou até mesmo de homens incompletos. Sua educação deveria ser pautada na formação de cidadãos perfeitos na forma de crianças precoces e viris.

Outra autora que analisou a criança retratada nos livros infantis da Primeira República foi Cilza Bignotto (1999). Ela mostrou a mudança do modelo de criança retratada por Monteiro Lobato desde seus primeiros textos infantis até o momento em que sua obra infantil era consolidada e concluiu que nos primeiros textos a criança de Lobato refletia alguns aspectos da concepção de infância em vigência, isto é, um adulto de pequeno porte ou como um projeto de adulto. No entanto, Lobato foi alterando a imagem da criança em seus livros, o que constituiu uma verdadeira revolução na representação da infância brasileira. A forma de retratar a infância como adulto pequeno era comum nos livros de seu tempo, pois as personagens infantis pareciam adultos em miniatura, as poucas ilustrações retratavam uma criança que se assemelhavam aos adultos, a linguagem e recursos adotados não atendiam as singularidades infantis e pareciam ser feitas para adultos, e a educação moral e cívica desses textos tinham o objetivavam formar uma criança que se assemelhasse ao adulto.

O retrato dessa criança apresentada dos livros infantis da Primeira República foi apresentado no próximo tópico, no qual nos debruçaremos sobre um livro para leitura escolar do período, apresentando algumas singularidades que nos deram subsídios para evidenciar características dos livros infantis, em especial os de leitura escolar, dos anos iniciais da República e a maneira pelo qual a criança era compreendida. Temos a convicção de que os diversos textos infantis desse momento histórico eram distintos e esse trabalho, por sua brevidade, não tem a pretensão de esclarecer a heterogeneidade vista nesses textos. Alguns primavam pela educação moral e religiosa, outros por relatar a história do Brasil e apresentar seus grandes heróis, e outros contavam histórias que destacavam o cenário brasileiro. Buscamos, nesse artigo, uma apresentação das características dos livros infantis do período para abordar como a literatura infantil começou a ser elaborada no país.

CONTOS PÁTRIOS (1904) E A FORMAÇÃO MORAL DA CRIANÇA BRASILEIRA

Apresentamos no tópico anterior como e porque, no início da República, os livros para crianças foram acionados como instrumento e como suporte da educação para a



formação das crianças brasileiras. Os livros apresentavam forte teor nacionalista, necessário para formar cidadãos e para vincular a ideia de uma República fortalecida e em desenvolvimento. Zilberman e Lajolo (1993) explicam que a missão patriótica assumida pela literatura infantil se manifesta pela exaltação da natureza, pelos textos que proclamavam a unidade e a grandeza nacionais, pela exaltação de vultos e de episódios da história do Brasil ou do culto e exaltação da língua nacional.

Muitos livros do período assumiram essas características, dentre eles, aqueles destinados à leitura escolar. Os títulos desses livros são um demonstrativo do apelo nacionalista por eles acionados: *Coisas Brasileiras* (1893), de Romão Puiggari (1865-1904); *As Nossas Histórias* (1907), de Alexina de Magalhães Pinto (1870-1921); *Histórias da nossa terra* (1907), de Júlia Lopes de Almeida; *Leituras Morais* (1896), de Arnaldo de Oliveira Barreto (1869-1925); *Através do Brasil* (1910), de Olavo Bilac e Manoel Bomfim (1868-1932). Olavo Bilac e Coelho Neto, autores de *Contos Pátrios* (1904), publicaram títulos em parceria, como *A pátria brasileira* (1910) e *A Terra Fluminense* (1898), ou individual, como *Teatrinho* (1905), de Coelho Neto e *Livro de Composição* (1899), *Teatro Infantil* (1905) e *Lições de História do Brasil* (1918), de Olavo Bilac.

Nesse tópico nos aproximaremos do livro *Contos Pátrios*⁷, livro para leitura escolar que contém 23 contos. Foi publicado pela primeira vez no ano de 1904, como livro para crianças, utilizado em escolas primárias como segundo livro de leitura. A capa do livro indica que se tratava de um livro de educação moral e cívica, por isso pressupõe-se que alunos em idade escolar o utilizavam em práticas de leitura nas escolas. A edição analisada para o estudo é a 25ª edição do livro, publicado em 1929 pela Editora Francisco Alves, famosa casa de edição brasileira do período que se dedicava prioritariamente aos livros didáticos. O grande número de tiragens do livro revela o impacto desse livro no cenário educacional brasileiro, visto que era incomum esse número de tiragens num período em que o campo editorial era precário no país.

Os autores de *Contos Pátrios* são figuras centrais na vida cultural e política brasileira, em especial no que diz respeito a modernização do país por meio campanhas cívicas e pela educação, isto é, “[...] enquanto expoentes de um nacionalismo engajado e que fizeram da educação lugar privilegiado para suas ações”. (VIEIRA, 2010, p. 81). Coelho Neto formou-se em Direito e participou ativamente de campanha republicanas e abolicionistas. Foi professor, político e escritor que publicou livros de contos, romances, poemas, críticas e teatros e, durante muitos anos, um dos escritores mais lidos no Brasil. Segundo Patrícia Hansen (2004), Olavo Bilac é um dos mais conhecidos escritores brasileiros, especialmente como autor de poesias, tendo alcançando prestígio e fama em vida, sua obra literária inclui contos, crônicas e textos para crianças. Dedicou-se desde cedo a literatura, ao jornalismo, envolveu-se com política, sendo alvo de críticas e perseguições do governo de seu tempo, e engajou-se em campanhas cívicas, mormente relacionado a instrução pública e ao serviço militar.

No que diz respeito à literatura infantil, Hansen (2004, p. 33) esclarece que “Olavo Bilac foi uma das figuras mais emblemáticas do grupo de intelectuais que fez da literatura cívica infantil um veículo para pôr em prática seus projetos de nação, além de ser o autor



que contribuiu com maior número de obras para essa literatura”. Em parceria com Coelho Neto, publicaram livros para infância cujas características cívico-pedagógicas eram proeminentes. Em decorrências das mudanças ocorridas no país, consideravam necessário inculcar nos futuros cidadãos brasileiros novas regras de civilidade, novos valores e novos sentimentos.

Contos Pátrios foi selecionado por ser um exemplo de livro com os atributos que se apreciava nos livros do período, seja nos seus principais temas, nos valores e condutas reforçadas, nos aspectos utópicos da sociedade brasileira relacionada a história e a geografia do país, ou no aguçado teor patriótico e nacionalista. Configura-se, portanto, um apelo fortemente nacionalista dos autores para uma formação cívica e moral da criança brasileira que almejavam. Olavo Bilac e Coelho Neto, como figuras públicas que ajudaram a formar as crianças brasileiras via leitura e educação, publicaram o livro que se tornou um registro do projeto de educação almejado por eles.

A sua análise nos mostra que os diversos contos têm diferenças e semelhanças entre si, de acordo com o conteúdo, mas essencialmente, pelos valores e condutas transmitidas. Os contos que possuem características comuns ou valores morais recorrentes, foram agrupados e analisados em conjunto. Citamos como exemplo os contos *A fronteira*, *A pátria*, *O recruta*, *A defesa...*, *A partilha*, *Um homem*, *O rato*, *A Borboleta*, *O Velho Rei*, *O Cabeça de Ferro*, *O Mentiroso*. Neles, encontramos algumas noções centrais que são repetidas. São histórias diferentes, mas as ideias centrais implícitas são reproduzidas nesses contos, tornando-os semelhantes quanto a noção transmitida. Para o início dessa exposição, não trabalhamos cada conto em específico, visto que as histórias mudam, mas as ideias e valores centrais tornam os contos análogos. Então, trabalhamos a partir das ideias e valores centrais nele encontradas, utilizando partes dos contos para melhor ilustrar o que os autores que criaram os contos gostariam de cultivar e desenvolver em seus leitores.

Uma das noções centrais que encontramos entre os contos do livro é a de amor soberano pela pátria. Encontramos contos que trabalham basicamente com a ideia de que os homens, em geral jovens, devem amar a pátria e lutar por ela acima de todas as coisas, nem que seja necessário doar a vida para defendê-la. Os contos são *A fronteira*, *A pátria*, *O recruta*, *A defesa...* *A fronteira* é o primeiro conto do livro e conta a história de sertanejos que foram surpreendidos por ataques de estrangeiros e que se organizaram para defender sua terra, mesmo estando em menor número de combatentes que seus inimigos na batalha. *A pátria* é o relato de uma mãe de uma família de soldados, que encontra na guerra um medo de perder seus familiares. Seu marido, seu filho e seu neto, desde muito cedo, demonstraram interesse e prazer em servir o exército que defendia o país.

O recruta conta a história de um homem de campo que foi recrutado, contra o seu desejo, para servir o exército na guerra do Paraguai. Nos primeiros dias servindo o exército, a personagem sente saudade de sua terra e de sua antiga vida. No entanto, algum tempo depois, sentia prazer em servir o exército e, sobretudo, em lutar por sua terra. *A defesa* narra a história de uma invasão contra o Rio de Janeiro, em que a cidade não possuía exército preparado para a batalha, mas os jovens se organizaram para lutar e defender sua cidade, mesmo sem preparo.



Nesses contos notamos a ênfase dada pelos autores às personagens das histórias que poderiam dar a vida na luta pela sua terra, pois ela era mais importante e mais amada do que a própria vida de cada um. Citamos como exemplo um trecho de *A fronteira*:

- Quantos são eles?
- Não sei: o número pouco importa, o necessário é que nos defendamos.
- E se eles forem muito superiores em número?
- Não importa. Se eu aqui vivesse isolado, da porta da minha cabana faria fogo sobre os invasores até cair atravessado por uma bala. Somos ao todo vinte e três homens, eles são talvez duzentos...mas vamos! Arma-te e vem. Acorda tua mulher e teu filho, eu vou prevenir os mais. [...]. (BILAC; COELHO NETO, 1929, p. 9).

Nesse trecho, a personagem da história não se importou com o fato de que o inimigo possuía um grande exército, pois mesmo sozinho, lutaria por sua terra. Isso significa que, embora tivessem certeza de que seriam mortos no combate, pouco importava, pois teriam uma recompensa: “Se morrermos, todos os nossos corpos ficarão marcando a fronteira da pátria. Pelas nossas ossadas e pelas cinzas de nossas cabanas, os que vierem mais tarde conhecerão o limite do Brasil”. (BILAC; COELHO NETO, 1924, p. 9). Sendo assim, a vida seria dada para demarcar a terra que pertencia àquele povo para as futuras gerações. No conto *A defesa*, essa ideia se repete.

Desiguais, nas armas como nos vestuários, tinham-se reunido a pressa, ao acaso. Cada um apanhara a primeira arma que encontrara à mão. Eram quase todos estudantes. Nunca se haviam batido, não tinham disciplina; mas sabiam que iam morrer, defendendo a sua cidade, e essa certeza de um fim glorioso lhes acendia na alma uma coragem suprema. (BILAC; COELHO NETO, 1924, p. 9).

Novamente, notamos que os autores destacam que os inimigos das personagens estavam sempre em número superior ou bem treinados para o combate. No entanto, isso não era um empecilho para a batalha, pois doar a vida pela pátria seria motivo de orgulho e glória. A personagem principal da história, Anselmo, de *O recruta*, notou, portanto, que sua vida era inferior à pátria. A “Pátria” era o motivo pelo qual iria lutar, e dar a vida se necessário era uma honra e glória:

E, então, ali a ideia sagrada da Pátria se apresentou, nítida e bela, diante da alma de Anselmo. E ele compreendendo enfim que sua vida valia menos que a honra da sua nação, pediu a Deus, com os olhos cheio de lágrimas, que o fizesse um dia morrer gloriosamente [...]. (BILAC; COELHO NETO, 1924, p. 9).

Além do sentimento de orgulho por doar a vida em defesa da pátria, nota-se outro sentimento presente nesses contos: o prazer e a excitação em defender a nação. No conto *O recruta*, no momento em que o batalhão iria partir para a guerra, Anselmo sentia um enorme prazer por estar servindo o exército e lutando por seu país: “Que sol! Que entusiasmo! Anselmo tremia. Parecia-lhe que o inimigo estava ali perto, ao alcance de sua espingarda [...] E ambicionava cair imediatamente em pleno combate”. (BILAC; COELHO NETO, 1924, p. 94). O mesmo acontece em *A pátria*, quando o pai conta prazerosamente ao filho os momentos vividos na guerra:



O velho falava. Contava como, um dia, surpreendidos por mais de cem paraguaios em uma emboscada, ele e mais dezenove brasileiros se tinham defendido como leões, conseguindo, por um milagre de intrepidez e de calma, destroçar os inimigos. No entusiasmo da narração, o velho transfigurava-se. O seu braço, estendido no ar, indicava os golpes de espada. [...] Diante dele, Carlos, também transfigurado, bebia as suas palavras com inveja, respirando a custo, agitando-se na cadeira. (BILAC; COELHO NETO, 1924, p. 66).

A narração descreve o prazer do pai ao contar os momentos em que estava na guerra e até pareciam ser momentos felizes, afinal, estava lutando pela nação. O filho desde cedo demonstrava aspiração por viver a mesma vida que o pai viveu no exército, a ponto de sentir inveja do pai por tudo o que ele viveu. Aqui, em especial, a figura da criança se destaca, pois mostra que desde cedo, as crianças devem desenvolver o anseio de fazer parte do exército do país e de lutar pela nação.

O exército, em todos esses contos, tem papel importante. Os contos deixam transparecer o essencial valor do exército para uma nação. Esse valor fica nítido no conto *A defesa*, em que os autores narram que o Rio de Janeiro não possuía um bom exército e por isso, toda a cidade estava desprotegida.

Em 1710, era o Rio de Janeiro uma grande cidade, próspera e invejada. Em torno dela, a lavoura se desenvolvia. Dentro, desenvolvia-se o comércio. E sua população laboriosa e pacífica, avessa aos exércitos de guerra, vivia descuidada e feliz. A guarnição era pequena. Poucos soldados, mal armados, bastavam para manter o domínio da metrópole e a autoridade do Governador. Era Governador Francisco de Castro Moraes, que já por várias vezes fizera sentir ao governo português a necessidade de prover a cidade de mais sérios recursos de defesa. Mas nada de se fez nesse sentido. (BILAC; COELHO NETO, 1924, p. 114).

Portanto, uma cidade sem exército estava vulnerável ao ataque de qualquer invasor. Foi relatada na história que anos depois, ocorreu um ataque a cidade e todos estavam com medo pela inexistência de um bom exército. O narrador mostra que a “[...] expedição sabia que a guarnição portuguesa era pouca e sem recursos”. (BILAC; COELHO NETO, 1924, p. 117). Portanto, uma cidade sem exército não tinha prestígio ou não causava receio em seus adversários. Eles, então, poderiam atacar a qualquer momento, como se estivessem entrando numa terra sem dono, num contexto marcado pelas ameaças de guerra entre as diferentes noções em busca de novos mercados. Já mencionamos que Olavo Bilac e Coelho Neto envolveram-se em campanhas nacionalistas que colocavam o exército em evidência. A defesa e divulgação da necessidade de construir um exército brasileiro forte fica aqui destacado para o público infantil leitor.

O final desses contos nos revela outros aspectos: a intenção dos autores em mostrar que todos aqueles que lutavam pela pátria venciam no final. Em *A fronteira* e *A defesa*, mesmo estando com um exército pequeno, despreparado, lutando contra invasores fortes e numerosos, os que lutavam para defender a nação venceram no final. Assim, mostrava-se aos leitores que aqueles que defendem a pátria obterão êxito e vitória, não somente na batalha, como na vida, por terem doado gloriosamente sua vida em favor da nação, o que, para eles, era uma vitória.



Alguns elementos implícitos encontrados em trechos desses contos nos indicam algumas intenções dos autores no projeto de nacionalização e padronização que se estendia às crianças. Em vários momentos, aparece nos textos o valor de alguns símbolos patrióticos, como a bandeira e o hino nacional. Esses símbolos representam a identidade da nação perante outros países e, por esse motivo, tudo o que era uma representação da nação deveria ser venerado. No conto *A fronteira*, uma das personagens que anunciava aos sertanejos a invasão, declarou: “Falta-nos uma bandeira; temos, porém, o céu, o grande céu; e o choro assustado de nossos filhos excita-nos mais do que os clarins de guerra. Vamos!”. (BILAC; COELHO NETO, 1924, p. 9). A bandeira, portanto, era um elemento que estava faltando na luta para representar os sertanejos. Por isso, na falta de uma bandeira, a substituíram pelo céu, que tornou-se a representação da terra pela qual estavam lutando. No conto *O recruta*, encontramos em dois momentos a presença de símbolos patrióticos:

De repente, a música tocou os primeiros compassos de hino nacional. Um vento brando, vindo do mar, agitou a bandeira brasileira, que estava no centro de um pelotão. A bandeira desdobrou-se, palpitou no ar, espalmada, com um meneio triunfal. Parecia que o símbolo da Pátria abençoava os filhos que iam partir para defendê-la. (BILAC; COELHO NETO, 1924, p. 114).

Além do hino nacional que impulsionada o pelotão para a guerra, a bandeira, colocada no centro do exército, foi colocada aqui como símbolo patriótico que, mais do que algo que representava o país, era o que abençoava o exército para a guerra. Por isso, os autores posicionam a bandeira como um objeto ou entidade divina, que deveria, deste modo, ser venerado e presente nas lutas para representar o pelotão e abençoá-lo. Outro aspecto que nos chama atenção é a palavra filho. A pátria tem filhos e seus filhos são as pessoas que nela vivem e por ela lutam.

Além dos símbolos patrióticos, a natureza era igualmente venerada, pois todos os contos do livro têm como cenário as paisagens brasileiras. A intenção dos autores em ressaltar o país em detrimento dos outros é clara. Bastava para os leitores terem conhecimento histórico do Brasil, pois ele deveria ser para as crianças o país mais importante e, por isso, mais conhecido. Observamos uma negação aos livros infantis estrangeiros lidos pelas crianças até aquele momento, por serem livros cuja paisagem e as noções centrais não contribuiriam à concretização do projeto republicano de formação da infância. Em *Contos Pátrios*, a natureza brasileira é adjetivada como algo belo e divino. Quando descrita, os autores sempre utilizam adjetivos que engrandeciam a natureza, e a mostravam como algo que tem vida própria e é divina: “E a selva grande e veneranda parecia aplaudir os seus filhos valentes com a sua grande voz murmurosa e constante”. (BILAC; COELHO NETO, 1924, p. 12).

O principal conteúdo vinculado aos contos do livro é o da história do Brasil. Nos contos *A pátria* e *O recruta*, os autores fazem menção a Guerra do Paraguai. O conto *A defesa* faz referência a um momento da história do Rio de Janeiro. Nele, os autores apresentam as principais personagens da história do Rio de Janeiro, como Estácio de Sá e uma guerra contra os franceses que ocorreu na cidade por volta do ano de 1710. *O bandeirante* é o relato da história de Fernão Dias, bandeirante que em suas expedições,



criou várias cidades em Minas Gerais. As histórias são narradas de maneira simplista, em que mais se exalta as personagens como grandes heróis, que descobriram as cidades do país, lutaram pela pátria ou criaram cidades importantes.

Além da noção de amor soberano à pátria, a noção de amor ao próximo e à família é outra ideia central que encontramos no livro. Os contos *A partilha*, *Um homem*, *O rato* e *a*, *A borboleta negra* retratam essa noção. *A partilha* relata a história de uma mãe que vivia na miséria com dois filhos, que mesmo não tendo o que comer, preocupava-se mais com os filhos e dava o leite materno para amenizar a fome das crianças. Em *Um homem*, conta-se a história de um garoto que perde o seu pai, por isso assume o posto de homem da casa. No conto *O rato*, um garoto precisa encontrar meios de ganhar dinheiro para sustentar sua mãe, que era paralítica. O conto *A borboleta negra* narra a história de dois irmãos que encontram um recém-nascido negro no meio da mata e o assumem como novo membro da família.

No conto *A partilha* a mãe não mede esforços para saciar a fome dos filhos. Uma das crianças era um bebê, o outro, porém era uma criança mais crescida. A mãe, tendo apenas café e um pão amanhecido para o filho mais velho, não hesita em dar um pouco de seu leite ao filho. Percebemos que conto apregoa, sobretudo, o amor ao próximo e à família e nos leva a compreender o papel exercido pela mulher, que é representada como aquela que não mede esforços para zelar por seus filhos. Em nenhum trecho de *A partilha* a mãe demonstra preocupação com o que ela mesma iria comer, visto que o sustendo dos filhos mais importante.

O mesmo acontece no conto *A fronteira*, quando os autores descrevem as mulheres como aquelas que se dedicam inteiramente à família: “As mulheres intrépidas, que não haviam querido deixar os maridos, apertavam ao colo os filhos que dormiam [...]”. (BILAC; COELHO NETO, 1924, p. 10). As mulheres, nesse trecho, se preocupam com os maridos que iam para a guerra e os filhos estavam protegidos em seu colo. Em outro conto, os autores descrevem uma mulher que passou anos de aflição, pois seu marido estava na guerra. Portanto, preocupava-se primeiramente com a família, pois sempre estava em casa, dedicando-se aos seus cuidados: “A mamãe está com certeza na cozinha”. (BILAC; COELHO NETO, 1924, p. 133). Por isso, a mulher não trabalhava fora para cuidar de sua família.

Os escritores da história sugerem qual deveria ser o papel dos homens em uma família. Nos contos *Um homem* e *O rato* os filhos homens, mesmo que crianças, assumem a posição de homem da casa. No primeiro conto, com a morte do pai e diante do desespero de sua mãe, o garoto assume sua posição:

– Não temos mais ninguém, meu filho! Não temos mais ninguém nesse mundo. Jorge apurou o corpo, e, com os olhos enxutos e a bela face tranquila, perguntou:
– E então eu, mamãe? E então eu não sou um homem?
E havia na face e na voz desse menino de dez anos uma tal resolução e uma tal coragem, que a velha senhora, já sem chorar, teve nos lábios um sorriso de



orgulho. Beijos a testa do filho. E traçando, com a mãe direita, sobre ele, uma cruz, murmurou:

– Tu és um homem, meu filho! Deus te abençoe meu filho. (BILAC; COELHO NETO, 1924, p. 45).

Nesse trecho, o garoto assumia a responsabilidade de ser o chefe da família, a nova posição da criança era a de chefe da família, mesmo que tivesse dez anos. A primeira atitude diante do desespero da mãe foi comportar-se como um homem: aprumar o corpo; parar de chorar e demonstrar tranquilidade. Em seguida, o garoto acalma sua mãe, mostrando que ele assumiria a posição que se esperava de um homem.

Em *O rato*, a criança da história já assumiu o papel de chefe da família e daquele que proveria o sustento de sua casa, pois sua mãe era doente e incapaz de sustentar seu filho. O garoto foi apresentado com as seguintes características: “Era um dos primeiros que acordavam e, ainda escuro, fazia toda a limpeza do aposento, mudava a água nas bilhas, deixava ao alcance da mão da parálitica a cafeteira e o pão, e saía cantarolando”. (BILAC; COELHO NETO, 1924, p. 73). Ele saía para pedir esmolas na porta da igreja. Mesmo sendo criança e estando na fase de fazer atividades de criança, o garoto não se mostrava triste ou cansado por ter que trabalhar para alimentar sua mãe, ao contrário, estava sempre disposto e feliz por ser homem e prover o sustento, bem como cuidar de sua mãe.

Notamos, portanto, por meio desses contos, a representação dos garotos como aqueles que deveriam portar-se como adultos mesmo com pouca idade. Mesmo com pouca idade, os autores ilustram as crianças como aquelas que deveriam ter as mesmas responsabilidades, tarefas, e postura dos adultos. Essa constatação vem de encontro com a afirmação de Monteiro Lobato, anteriormente citada, de que os autores dos textos de leitura infantil escreviam suas histórias considerando seus leitores como adultos em pequeno ponto. Por considerá-los como pequenos adultos, esses autores almejavam incutir nas crianças comportamentos e valores próximo a dos adultos, desde muito pequenos.

A mesma representação de crianças como projeto de adulto foi apresentada em *A borboleta negra*. Os dois irmãos que saíram de casa para caçar borboleta encontraram abandonada uma borboleta negra: um recém-nascido embrulhado em flanelas. As crianças, sem hesitarem, levaram aquele bebê até sua casa, para que ele se tornasse o novo membro da família. O valor vinculado a esse conto é o amor ao próximo, pois a menina assegura em uma conversa com sua mãe: “Não é verdade, mamãe, que não podemos deixar morrer de fome esta coitadinha? Que mãe malvada, mamãe!”. (BILAC; COELHO NETO, 1924, p. 133). Sendo assim, a moral do conto é mostrar que não se deve abandonar alguém que necessita de ajuda, mormente uma criança, a solidariedade era um sentimento a ser cultivado. Mostra, que uma mãe nunca deve abandonar um filho, caso contrário, não é uma boa mãe, pois sua função é a de cuidar, proteger e amparar seus filhos.

Outros aspectos importantes podem ser encontrados nesses últimos contos. No final de *O rato* foi apresentado a representação da escola. A criança, após sofrer uma humilhação por estar pedindo esmola, resolveu procurar emprego e frequentar a escola:



[...] lembrei de que nada havia em casa e pensei em pedir trabalho em algum lugar.

Foi então que encontrei Vicente com um maço de jornais, apregoando. Pedi-lhe alguns, fazendo como ele, fui vendendo [...].

Passei o dia todo vendendo jornais, primeiro os da manhã, depois os da tarde; e a noite o Vicente convidou-me para acompanhá-lo até a porta do Liceu, onde aprende, e onde quero que mamãe me faça entrar, para que não ande a pedir aos outros que me ensinem a apregoar as notícias dos jornais. (BILAC; COELHO NETO, 1924, p. 79).

Além de o conto mostrar que não se deve pedir esmolas, mas sim procurar um trabalho, destacamos como a figura da escola foi utilizada para mostrar que ela seria o lugar que se aprende e, por isso, era um ambiente importante para o futuro.

Portanto, pontuamos que os autores tinham a intenção de desenvolver nos leitores, além do amor à pátria, o amor à família e aos próximos, e transmitir certos comportamentos que tornassem as crianças responsáveis, seja representando as meninas que deveriam preparar-se para ser aquela que deveriam garantir a manutenção do lar e o cuidado com os filhos e o marido, seja mostrando que os meninos seriam os futuros homens e chefes de família, e por isso deveriam prover o sustento de sua casa. A família, nesses contos, era considerada a instituição matriz.

O velho rei e *O Cabeça de Ferro* são contos que narram a história de pessoas que, inicialmente, tinham sentimentos de pessoas malvadas e injustas, mas a partir de algum acontecimento decisivo, convertem-se e repensam suas atitudes. *O Cabeça de Ferro* relata a história de um homem que era responsável por garantir a segurança das pedras preciosas encontradas pelos escravos em expedições de exploração de pedras preciosas. *O Cabeça de Ferro* punia os escravos bastando qualquer denúncia, sem ao menos verificar a veracidade da acusação. *O velho rei* narra a história de um rei que só pensava em festas, e que punia a população injustamente, sem tomar conhecimento das denúncias e analisar a sua procedência. Em ambos os contos, muitos inocentes morreram, pois os julgadores não se preocupavam em analisar e julgar com justiça os casos.

No *Cabeça de Ferro*, um sacerdote valente mostra a verdade para esse homem malvado, que se converte:

Durante minutos, que pareceram séculos, esses dois homens, – um, todo poderoso, temido, rico, armado, cercado de tropa, representando a autoridade despótica de El-Rey, – e o outro, fraco, pobre, sem armas, sem soldados, tendo apenas por si a Verdade, – longamente se fitaram em silêncio. Foi o homem poderoso que cedeu. (BILAC; COELHO NETO, 1924, p. 79).

De posse da verdade, o homem representado como o mais fraco, não temia o poder de seu adversário. Apenas por meio da verdade o homem converteu-se e repensou seus julgamentos e atitudes. No *O velho rei*, o filho do rei é o responsável pela conversão de seu pai. Seu filho estava observando um aquário e de repente, ficou apreensivo e colocou as mãos dentro do aquário:



O velho rei curvou-se para ver o que o filho trazia na mão. Era uma mosca feia, negra, pequenina, miserável, nojenta. Tinha as asas molhadas e não podia voar. O príncipezinho colocou-a na palma da mão microscópica, e virou-a para o lado do sol. Daí a pouco, a mosca reanimou-se, e voou. A criança batia palmas: – Não fiz bem, pai? Não é um crime deixar morrer uma criatura qualquer, por falta de piedade, pai? Disseram-me que há homens que se matam uns aos outros...Pai? Como é que se pode ter a maldade de matar um homem? (BILAC; COELHO NETO, 1924, p. 104).

Esses contos pregam a seus leitores que não se deve agir com injustiça e os sentimentos de maldade e impiedade. Ao contrário, é importante tomar decisões baseados na justiça e na bondade.

A mentira, bem como a injustiça e a impiedade são colocadas nos textos como atitudes ruins e que devem ser combatidas. No conto *O mentiroso*, Coelho Netto e Olavo Bilac contam a história de um garoto que mentia muito. Num momento de perigo, em que estava se afogando, ninguém acreditou no seu pedido de socorro e por isso, ele morreu afogado. O tom trágico e chocante da história foi uma forma de os autores chamarem a atenção de que não se deve mentir em nenhuma hipótese.

O estudo do livro *Contos Pátrios* mostra um aspecto importante sobre a figura da criança, que são as personagens da maior parte dos contos desse livro. Outrora, não apareciam crianças em livros brasileiros como personagem, mas nas últimas décadas do século XIX passou a se destacar como protagonista. Essa criança, porém, pode facilmente ser confundida com um adulto, pois as condutas das personagens infantis do livro manifestam uma tendência da época de formar cidadãos civilizados desde muito cedo. Elas deveriam, portanto, esconder seus impulsos infantis e ser como um adulto de pequeno porte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apresentação do contexto histórico e educacional do início da Primeira República no Brasil mostrou que a educação foi acionada como instrumento para a formação do trabalhador nacional e do cidadão republicano. Os livros infantis foram elaborados nesse contexto como auxílio na tarefa na formação moral e cívica das crianças. Foram utilizados como material de leitura nos grupos escolas e escolas isoladas em expansão, que, em nível de discurso, valorizava a escolarização. A leitura e a escrita tornavam-se uma necessidade para agregar a nação com as dimensões geográficas desse país, ao mesmo tempo que integrava os imigrantes que nele se instalavam.

Observamos que a escola foi acionada como instituição decisiva para concretização do projeto republicano, pois passou a ser considerada responsável por dar ao Brasil o caráter de moderno, além de promover o desenvolvimento do país com o preparo do cidadão eleitor e o trabalhador nacional. Foi, então, requerida com três objetivos distintos, mas com a mesma função de promover o desenvolvimento das forças produtivas. O



primeiro era preparar cientificamente o trabalhador atuante na indústria; o segundo era instruir o cidadão para votar; o terceiro era para consolidar, por meio da educação moral e cívica, o novo regime político, cultivando o sentimento de nacionalidade. Por esse motivo, a educação foi o instrumento mais requisitado e tornou-se objeto de discussão, de planejamento e de mudanças estruturais, ao menos em nível de discurso. Para viabilizar sua concretização era preciso equipá-la, inclusive com livros de leitura.

Monteiro Lobato, considerado um marco na produção de uma literatura genuinamente brasileira, criticou a literatura nacionalista produzida no seu tempo. Apesar da importância dessas publicações para a construção de uma literatura infantil, por tratar de temas nacionais, o autor olhou criticamente os escritores que o antecederam no intuito de produzir uma literatura infantil diferente da até então existente, especialmente por utilizarem de linguagem culta e rebuscada, pela carência de histórias cuja fantasia e a imaginação se faziam presentes, e pela maneira pelo qual a criança era tomada e retratada como um adulto em pequeno ponto.

Como exemplo da literatura em circulação naquele contexto, analisamos alguns contos do livro *Contos Pátrios* que evidenciaram que os autores de textos infantis do período consideravam essencial para a formação das crianças republicanas e para um bom trabalhador, com vistas ao desenvolvimento de sentimentos patrióticos e nacionalistas, como amor à pátria, amor ao próximo e à família, como demonstrado nesse artigo. Os autores evidenciavam às crianças qual era a posição que cada uma deveria assumir na sociedade, mostrando a elas por meio das histórias algumas responsabilidades tipicamente de adultos, que elas deveriam assumir, como a postura de provedor e protetor da família, no caso dos garotos, e a posição de protetora e daquela que cuida e zela pela família, no caso das meninas. Além disso, algumas atitudes como a injustiça, o egoísmo, e a impiedade deveriam ser combatidos, tendo em vista o cultivo de sentimentos altruístas e de solidariedade.

Por meio da análise desses primeiros contos do livro, podemos apontar que os autores almejavam transmitir às crianças do período sentimentos de amor à pátria e da importância do exército para uma nação. Buscava-se, portanto, que os leitores que se dedicavam a esses textos, desde a idade escolar, desenvolvessem apressado em seguir a carreira no exército. As personagens das histórias mostram a grandiosidade de amar a nação e doar a vida por ela. As crianças leitoras deveriam construir um sentimento de maior amor à pátria do que a si mesmo. Assim, os autores tinham a intenção de criar um sentimento padronizado, em que as crianças identificariam a pátria como o Brasil que deveria ser idolatrado, amado e protegido de possíveis invasores.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Leonardo. **Literatura infantil brasileira**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.



BIGNOTTO, Cilza Carla. **Personagens infantis da obra para crianças e da obra para adultos de Monteiro Lobato: convergências e divergências**. 1999. 166 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999. Orientador, Marisa Philbert Lajolo.

BILAC, Olavo; COELHO NETO, Henrique, Maximiliano. **Contos pátrios**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.

CARVALHO, Bárbara Vasconcelos de. **A literatura infantil: visão histórica e crítica**. São Paulo: Edart, 1982.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil: teoria, análise, didática**. São Paulo: Moderna, 2000.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 1999.

HANSEN, Patrícia Santos. **Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República**. 2004. 253 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira: história & histórias**. São Paulo: Ática, 1999.

LEMME, Paschoal. O Manifesto dos pioneiros da educação nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 86, n. 212, jan./abr. 2005.

LOBATO, Monteiro. **A barca de Gleyre: tomo 1**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1964a.

LOBATO, Monteiro. **A barca de Gleyre: tomo 2**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1964b.

LOBATO, Monteiro. **Conferências, artigos e crônicas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1964c.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; CARVALHO, Carlos Henrique de. O legado do Manifesto de 1932 à educação brasileira: os desafios persistem. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 51, n. 37, p. 175-194, jan./abr. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7176>>. Acesso em: 26 maio 2017.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932) e a construção do sistema nacional de ensino no Brasil. In. ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Fátima Maria (Org.). **Fundamentos históricos da educação no Brasil**. Maringá: EdUEM, 2009. p. 103-120.



MARTINELI, Laís Pacifico. **Monteiro Lobato e a educação: da crítica à produção de uma nova literatura infantil brasileira**. 2014. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014. Orientador: Maria Cristina Gomes Machado.

ROSSI, Ednéia Regina. O projeto de educação da modernidade e a constituição da identidade da nação brasileira na Primeira República (1889-1929). In: ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Fátima Maria (Org.). **Fundamentos históricos da educação no Brasil**. Maringá: EdUEM, 2009. p. 89-102.

SOARES, Gabriela Pellegrino. **Semear horizontes: uma história de formação de leitores na Argentina e no Brasil (1915-1954)**. Belo horizonte: Editora UFMG, 2007.

SOUZA, Rosa Fátima. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: ALMEIDA, Jane, Soares de; SAVIANI, Dermeval; SOUZA, Rosa, Fátima de; VALDEMARIN, Vera, Teresa. **O legado educacional do século XIX**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 35-83.

SOUZA, Rosa Fátima. Lições da escola primária. In: ALMEIDA Jane Soares de; SAVIANI, Dermeval; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea). p. 109-161.

VIEIRA, Cleber Santos. Civismo, república e manuais escolares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 32, n. 63, p. 325-340, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v32n63/15.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2017.

ZILBERMAN, Regina; LAJOLO, Marisa. **Um Brasil para crianças: para conhecer a literatura infantil brasileira: histórias autores e textos**. São Paulo: Global, 1993.

Notas

¹ Docente do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

³ As primeiras obras publicadas ao público infantil apareceram no mercado livreiro na primeira metade do século XVIII em países da Europa, publicado pelos autores como Charles Perraut, La Fontaine, que escreviam fábulas, contos e narrativas, com fantasia e moralidades. Ler Marisa Lajolo e Regina Zilberman, *Literatura infantil brasileira: história e histórias*.

⁴ Esse modelo de escola primária tinha todas as características de uma escola graduada, que era um modelo de organização escolar implantado em diversos países da Europa e Estados Unidos no final do século XIX. Além de a organização escolar ser orientada pelo modelo da escola graduada, a questão do método foi central no processo de reforma educacional da instrução pública no país pelos grupos escolares. O método tradicional de ensino foi substituído pelo método intuitivo, paradigma de ensino amplamente divulgado no período e que já havia sido implantada na escola modelo de 1890. Essa e outras informações acerca dos grupos escolares podem ser encontradas em Rosa Fátima Souza, «Espaço de educação e de civilização: origens dos Grupos Escolares», 35-83 e Rosa Fátima de Souza, «Lições da Escola Primária», 109-161.



⁵ Hans Christian Andersen (1805-1875) foi um importante autor de histórias infantil, considerado por Carvalho (1982, p. 106) como o mais notável autor de literatura infantil e de “maior esteta da Literatura endereçada à criança e ao jovem adolescente”. Escreveu fábulas como “Patinho feio” e textos de tradições populares, como “A roupa nova do imperador”.

⁶ O principal ponto de mudança arquitetado por Monteiro Lobato no momento de escrever sua obra literária infantil foi a forma de apresentar a criança. Impulsionado por novos estudos e uma nova corrente pedagógica que adentrou o Brasil fortemente na década de 1920, o autor modificou sua concepção de infância e, por isso, os retratou de forma diferente em seus livros. Neles, os protagonistas das histórias eram as crianças e elas não eram ilustradas como um projeto de adulto, pois tinham liberdade para ser o que quisessem, e realizar tudo aquilo que a criança gostaria de realizar. Além disso, seus livros eram elaborados para o entretenimento infantil, mas isso não significa que sua obra não ensinava. Os conteúdos científicos considerados importantes para a formação da criança eram abordados de maneira divertida e cheia de imaginação. A imaginação e a fantasia eram pontos centrais em sua obra, pois o autor considerava que a imaginação predomina na mente infantil e forma de tornar a obra adequada a interessante a infância é carregar os livros com situações imaginativas. Para conhecer as mudanças promovidas por Monteiro Lobato, sobretudo no que diz respeito a sua nova representação de infância, ver: Laís Pacífico Martineli, «Monteiro Lobato e a educação: da crítica à formação de uma nova literatura infantil brasileira» (Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Maringá, PR, Brasil, 2014).

⁷ Outro livro que apresenta valores e condutas que muito se identificam com os de *Contos Pátrios* é o de *Alma Infantil* (1912),⁷ de Francisca Júlia e Júlio da Silva. Esse livro, apesar de fazer pouca menção à pátria, dedica-se a transmitir valores e regras essenciais a República. Um aspecto em comum perpassa ambos os livros: a figura da criança. As crianças são retratadas como aquelas que devem esconder seus impulsos e desejos e substituir essas características pelas virtudes e atitudes mencionadas repetidas vezes nos livros, isto é, deveriam agir como adultos em tamanho reduzido. Encontramos o possível conceito de infância vinculado a esses livros: a criança era tratada com um adulto em miniatura, isso é, não possuíam qualidades que as diferenciavam dos adultos, a não ser o tamanho reduzido.

Submetido em: 07/05/2017

Aprovado em: 30/06/2017